AIM ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS MARÍTIMAS

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2008

Índice

1 – INTRODUÇÃO 3

2 – ACTIVIDADE DA AIM EM 2008 5

2.1 – Organização 5
2.2 – Novos associados 5
2.3 – Relacionamento AIM/CIP 5
2.4 – Relacionamento AIM/FENAME 5
2.5 – Área Internacional 6
2.6 – Actividade de Normalização Sectorial - ONS 8
2.7 – Exposição ao Governo sobre Estaleiros Navais de Pequena e média Dimensão 8
2.8 - Colaboração com o Ministério da Economia e Inovação 8
2.9 – Colaboração com o IPTM- *Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos* 9
2.10– Encontro para a Competitividade para o sector da construção e reparação naval 10
2.11- Diálogo Social 10
2.12 -Colaboração com a DGAE- Direcção-Geral das Actividades Económicas Ministério da Economia e da Inovação 11
2.13 -Salão Internacional do Mar, Pescas e Aquicultura – INTERPESCAS 2008 11

3 – PROJECTOS COM COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA 11

3.1. Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses 11
3.2. Programa Transnacional Espaço Atlântico 2007-2013 12
3.3. Cluster do Conhecimento e Economia do Mar 13

4 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE 14

4.1 – Apresentação do sector da construção e reparação naval 14
4.2 – Actividade em 2008 16

5 - CONTAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO 18

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 20

7- PARECER DO CONSELHO FISCAL 21

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

Nos últimos 12 meses tem-se assistido a uma contracção da economia mundial com significativos efeitos na economia, comércio e estabilidade financeira. Embora o impacto na indústria de construção e reparação naval tenha levado algum tempo a fazer-se sentir, o sector não irá ficar imune aos efeitos da crise global.

As alterações introduzidas nos sistemas de incentivos ao investimento, no Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN), poderão constituir um instrumento de estímulo ao investimento e à criação de emprego nos domínios da inovação, internacionalização e investigação e desenvolvimento, que ajude a fazer face à actual crise económica e financeira.

Estas alterações, de carácter provisório, que vigoram até ao final de 2010, alargam o âmbito da aplicação, as tipologias dos projectos bem como as condições específicas de elegibilidade, ainda são insuficientes para estimularem as empresas à sua utilização, receando-se pela manutenção da actividade de alguns estaleiros de pequena e média dimensão.

As empresas necessitam de investir na modernização, requalificação e reestruturação das suas infra-estruturas e para o poderem fazer, os projectos de investimento têm de estar associados a estratégias de eficiência colectiva. Para possibilitar a reestruturação do sector, a AIM participa na candidatura de um "Cluster do Conhecimento e Economia do Mar", entregue no final do ano de 2008 e que aguarda aprovação do Governo.

O ano de 2008 registou um crescimento superior a 20 % relativamente ao ano anterior, em termos de volume de negócio em construção e reparação naval, atingindo cerca de 400 milhões de euros. Este resultado deve-se aos resultados das empresas de grande dimensão, em particular na actividade de reparação naval, dado que, neste mesmo ano, as PME do sector apenas registaram 0,9 % de crescimento.

Os resultados das PME do sector em 2008 e as tendências já conhecidas em 2009, evidenciam a urgência de se adoptarem as medidas que permitam ultrapassar os constrangimentos à competitividade identificados num estudo efectuado sobre as PME do sector. Os resultado deste estudo, efectuado em conjunto com a Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE), culminou com a elaboração de um relatório em Outubro de 2007, com recomendações a adoptar pelo Governo Português, apresentadas num Memorando enviado ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Inovação em 2007.

O relatório da DGAE/AIM, reconheceu existirem debilidades resultantes das condições específicas da natureza da actividade, como também não existirem mecanismos adequados para ajudar a superar as fragilidades. Este relatório constata existirem Estados Membros que implementaram medidas de apoio ao desenvolvimento da construção naval, aconselhando à instituição de meios de acção semelhantes em Portugal.

As medidas propostas inserem-se no âmbito das actuações preconizadas no LeaderSHIP 2015, documento adoptado pela Comissão Europeia para o sector e que respeita o Enquadramento dos Auxílios Estatais à Construção Naval em vigor na União Europeia.

Aquelas medidas abrangem actuações na área do financiamento à construção, em particular na criação de uma dotação específica para o sector no sistema nacional de garantia mútua, na instituição de um sistema de incentivos à inovação, nos termos acordados entre a indústria e a Comissão Europeia, numa sensibilização do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, para a facilitação da actividade e na área da formação profissional.

O Regime de Apoio à Inovação é específico para o sector da Construção e Reparação Naval, foi prolongado pela Comissão Europeia juntamente com outras medidas de apoio horizontais, até 31 de Dezembro de 2011 por reconhecer a importância deste sector a nível europeu e a necessidade de inovar num contexto de mercado fortemente concorrencial. Este regime já foi aprovado em cinco países comunitários, aguardando a AIM a sua promulgação em Portugal.

Um problema comum na Europa está no recuo dos bancos ao financiamento dos seus estaleiros, negativamente influenciados pelas dificuldades porque estão a passar os estaleiros chineses e coreanos, que se viram confrontados com o cancelamento de grandes encomendas. Este não é um problema europeu e muito menos português, pelo que se espera que governo esteja atento a comportamentos irresponsáveis da banca nacional que ponham em risco o emprego nos estaleiros. Pelo contrário, a contracção da carteira de encomendas de construção a nível mundial teve como virtude evitar uma excessiva capacidade de oferta de construção na Ásia.

No que respeita à manutenção naval de grande dimensão, Portugal continua a ser um dos países mais importantes a nível internacional, com a maior quota de reparação de petroleiros a nível europeu. A construção naval, não obstante a importância reconhecida, continua numa situação difícil, em parte, por não existir uma política que valorize o sector, que lhes permita competir, em condições de igualdade no mercado internacional.

2 – ACTIVIDADE DA AIM EM 2008

2.1 – Organização

Manteve-se a orgânica de funcionamento da Associação das Indústrias Marítimas, com a manutenção do lugar de Secretário-Geral.

2.2 – Novos associados

No ano de 2008 foram admitidos os seguintes associados:

1. Estaleiro de média dimensão "JoperInox", que se dedica à Construção e Reparação Naval.
2. A empresa Projecto77, esta empresa tem como áreas de actuação a consultadoria, projecto e conversões de Navios e estruturas offshore.
3. UNISAFE PORTUGAL- Sistemas de Combate a Incêndio e Equipamentos de Segurança, Lda.

2.3 – Relacionamento AIM/CIP

No quadro da sua filiação na CIP, a AIM participou em várias reuniões de interesse para o sector no âmbito da qual procurou defender os interesses dos associados da AIM.

A informação facultada pela CIP relativa à evolução económica nacional e mundial e sobre temas de interesse para a indústria, tem sido a fonte de informação que a associação tem recebido com grande regularidade e da maior pertinência para a actividade associativa.

2.4 – Relacionamento AIM/FENAME

A AIM, dando sequência às preocupações que os seus Associados, ao longo dos anos, têm vindo a manifestar, enviou em Março de 2008, um conjunto de sugestões à FENAME, que gostaria de ver reflectidas na futura Contratação Colectiva a subscrever pela FENAME.

Com efeito, há muito que a AIM vem pugnando por um regime contratual que permita às Empresas Portuguesas serem concorrenciais no mercado mundial da indústria naval, desde sempre uma actividade global, que se caracteriza por se desenvolver sob intensa concorrência.

Os concorrentes das empresas portuguesas, alemães, espanhóis e holandeses, contando com uma elevada dinâmica de adaptação, já dispõem, desde meados da década passada, de vantagens competitivas de que as Empresas Portuguesas não usufruem, designadamente de condições de adaptabilidade do tempo de trabalho, semelhantes àquelas que hoje necessitamos de implementar.

Esta evidência, corroborada por outras Instituições, designadamente pela CIP, na sua apreciação crítica ao Livro Branco das Relações Laborais e a Revisão do Código do Trabalho, exige, entre outras medidas essenciais, a consagração de um regime especial de adaptabilidade, que se afigura decisivo para as Empresas Portuguesas, que operam no sector naval, se poderem afirmar neste mercado que se desenvolve à escala mundial.

Neste sentido, a AIM, ciente de que não é possível continuar a manter a rigidez das condições de Contrato de Trabalho, como aquelas com que as Empresas, nossas Associadas, têm coexistido num mercado tão altamente competitivo, apresentou um conjunto de sugestões à FENAME que, a serem vertidas numa

futura Contratação Colectiva, não deixarão de propiciar as condições laborais indispensáveis à sustentabilidade e manutenção futura do Sector Naval em Portugal.

2.5 – Área Internacional

A AIM acompanhou as actividades internacionais da indústria naval, em particular as desenvolvidas pela CESA – Community of European Shipyards Associations.

Durante 2008, realizaram-se 4 reuniões do Board da CESA, com a presença da AIM, onde foram debatidas as principais questões relativas ao sector a nível europeu.

De destacar as posições tomadas sobre:

- A evolução dos preços do aço na Europa (cerca de 30% mais elevadas que na Ásia) e as tentativas de introdução de medidas de protecção via taxas antidumping à importação pelos fabricantes de aço europeus, sobre as quais a CESA tomou uma posição fortemente contrária junto das instâncias comunitárias;

- a futura introdução pela IMO de um índice CO2 por navio, a fim de cumprir com a próxima entrada do sector marítimo no protocolo de Quioto; a CESA tem procurado não prejudicar os tipos de navios construídos na Europa (mais pequenos, menos poluentes), defendendo a adopção de uma fórmula para aquele índice compatível com os reais impactos de emissões de CO2 em função de cada tipo de navio, por oposição a uma fórmula genérica defendida pelos países asiáticos.

- a futura regulamentação da IMO sobre GBS – Goal Based Standards – e as questões associadas ao Ship Construction File (informação técnica detalhada dos navios construídos) que acompanhará o dossier de cada navio; o Board tem manifestado reservas sobre a extensão das informações técnicas requeridas para o SCF, que poderá agravar a migração de conhecimentos tecnológicos dos estaleiros europeus para países terceiros;

- ainda sobre protecção de conhecimentos, o Board da CESA aprovou um manual (GuardShip) de Protecção de Direitos de Propriedade Industrial, com recomendações específicas para os estaleiros europeus; o manual pode ser obtido directamente da CESA.

- em matéria de evolução do mercado, o Board apreciou os relatórios trimestrais de mercado; em termos gerais constatou-se uma progressão de novas contratações durante os primeiros 3 trimestres do ano e uma forte quebra no 4º trimestre.

No que concerne os Grupos de Trabalho acompanhados pela AIM:

TAC – Technical Advisory Committee – tem a função de fazer o acompanhamento e participar na discussão técnica com os organismos reguladores da actividade de "Shipping", nomeadamente a Comissão Europeia, a IMO (International Maritime Organization) e a EMSA (European Maritime Safety Agency), e outras entidades representantes de Armadores, Sociedades Classificadoras e Indústrias de Equipamento, em domínios técnicos nomeadamente os ambientais e de segurança.

Assim os assuntos que mereceram maior atenção foram as regras de estabilidade para os navios de passageiros e ro-ros e a discussão dos aspectos inerentes ao Safe Return to Port. Ainda no âmbito da estabilidade tem vindo a ser discutido o teor do SOLAS 2009 versus o Acordo de Estocolmo dado que este último parece conduzir a uma maior segurança dos navios.

No que respeita a problemas ambientais, o GHG, continua em agenda o índice máximo de CO_2 produzido pelos gases de escape navios - Greenhouse Gas Emission: Energy Efficiency Design Índex; a reciclagem de navios, o projecto de navios tendo em vista todo o seu ciclo de vida - Goal based standards - Ship Construction File; e a segurança - Formal safety assessment for all ship types in relation to stability, operation, basic design, structure.

No domínio da cooperação global tem sido desenvolvido um trabalho de compreensão mútua entre os construtores japoneses, chineses, coreanos e europeus que no domínio estritamente técnico tem permitido tomadas de posição comuns nomeadamente nos comités IMO.

Coredes – a plataforma tecnológica WATERBORNE entrou em plena execução no ano de 2008 com a aprovação do Implementation Plan; o Grupo seguiu atentamente os resultados da 1ª call do 7º Programa Quadro de IDT da União Europeia e efectuou a análise comparativa com os objectivos do WATERBORNE. Por outro lado, acompanhou a transposição do enquadramento comunitário de auxílios à inovação na indústria naval (entretanto prorrogado até ao fim de 2010). Sete países tinham, em 2008, já transposto o citado enquadramento (Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália). Em fins de Novembro de 2008 realizou-se uma reunião, em Delft (Holanda), para a divulgação de ideias de projectos a apresentar em próximas calls ao 7º Programa Quadro.

Social Dialogue Committee – foi já objecto do relatório de 2007 a iniciativa do Dia Europeu da Indústria Naval, ocorrida em diversos países europeus, entre os quais Portugal, durante a semana de 7 a 11 de Abril de 2008. O Grupo decidiu, à luz do sucesso da iniciativa, promover uma nova Jornada para Outubro de 2009. Em 5 de Junho de 2008 foi realizado um Workshop, em Vlissingen (Holanda), dedicado ao tema dos Recursos Humanos, em particular às questões relativas a formação e recrutamento, tendo em conta a falta de quadros e de mão-de-obra especializada nos estaleiros europeus.

LeaderSHIP – foi acordado reportar para meados de 2009 o desenvolvimento da 2ª fase desta iniciativa, que visa aprofundar questões de política industrial do sector.

Maket forecast and market monitoring – o ano de 2008 revelou na primeira metade do ano um forte crescimento da procura de navios com reflexo no nível de novas construções contratadas, em especial nos estaleiros asiáticos. Esta tendência inverteu-se a partir de Setembro com uma muito forte contracção do mercado. Na Europa a quota de mercado expressa em volume (cgt) observou uma ligeira redução em relação a 2007, denotando quebras de competitividade em relação aos estaleiros asiáticos, em grande parte devido à forte valorização do Euro ocorrida na 1ª metade do ano e à subida dos preços do aço na Europa. Mais para o fim do ano a situação do mercado agravou-se consideravelmente em todas as regiões do Mundo com quebras acentuadas dos fretes marítimos, estagnação de novas construções e alguns cancelamentos de construções.

2.6 – Actividade de Normalização Sectorial - ONS

A AIM constituiu no seu seio um Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a "Construção Naval e Tecnologias Marítimas". O ONS/AIM coordena a Comissão Técnica de Normalização CT68, cujo campo de intervenção é:

- Projecto e construção
- Equipamento e aprestamento
- Questões ambientais ligadas à navegação
- Operação de navios

Colocada ao serviço dos agentes económicos do sector naval nacional, a actividade da CT68 tem como objectivo principal dar resposta às recomendações do Sistema Nacional de Qualidade, privilegiando um maior envolvimento nacional na actividade normativa internacional, com acompanhamento activo, em representação do IPQ, nos Comités Técnicos correspondentes da Comissão Europeia de Normalização (CEN) e da Organização Internacional de Normalização (ISO).

2.7 – Exposição ao Governo sobre Estaleiros Navais de Pequena e média Dimensão

A AIM, procedeu à elaboração de um Memorando, o qual, de forma circunstanciada, procurou enumerar os constrangimentos que se colocam à capacidade concorrencial dos pequenos e médios estaleiros de construção, bem como, as medidas consideradas necessárias à sua superação, sob pena de Portugal deixar de contar com a massa crítica indispensável à continuidade do sector e pondo em risco postos de trabalho, num sector considerado estratégico dado o inquestionável efeito tractor desta indústria.

O Memorando sobre Estaleiros Navais para Construção de Pequenas e Médias Dimensões, foi enviado em 17 de Janeiro de 2006 a Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e Inovação (SEAII).

O Senhor SEAII em resposta ao referido Memorando incumbiu a Direcção-Geral da Empresa (DGE) de fazer um relatório sobre o Sector da Construção e Reparação/Manutenção Naval, para o qual a DGE convidou a Direcção da AIM a colaborar na sua execução.

Em Outubro de 2007, a DGAE enviou ao SEAII o estudo "ACOMPANHAMENTO DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL". A AIM continua a aguardar uma resposta do Senhor SEAII.

2.8 - Colaboração com o Ministério da Economia e Inovação

Foi solicitado à AIM pela DGAE que fizesse uma apresentação do sector da construção e reparação naval, no Ministério da Economia e Inovação, no dia 1 de Fevereiro de 2008, com representantes de uma empresa da Venezuela (PDVSA), que visou dar a conhecer a indústria de construção e reparação naval em Portugal.

Foram apresentados todos os associados da AIM vocacionados para a construção e reparação naval e ainda os dedicados à formação (IST, QTEL) ou com actividades de formação (Arsenal do Alfeite).

2.9 – Colaboração com o IPTM- *Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos*

Reciclagem de Navios - Preparação da Convenção IMO "Reciclagem de Navios"

Tendo em vista a realização da sessão do Comité de Segurança Marítima na OMI em Londres, de 26 de Novembro a 05 de Dezembro, a AIM participou durante o ano em várias reuniões na sede do IPTM e enviou comentários aos muitos documentos que lhe foram endereçados sobre este tema.

Projecto de Diploma relativo a normas de segurança para embarcações de pesca

O IPTM propôs-se incluir no Programa Simplex 2007, estabelecendo no quadro legal nacional, normas harmonizadas de segurança para as embarcações de pesca e mecanismos que facilitassem o relacionamento entre armadores, estaleiros, projectistas e autoridades, tendo solicitado à AIM que se pronunciasse sobre o Projecto de Diploma relativo às normas técnicas aplicáveis às embarcações de pesca de comprimento compreendido entre os 12 e 24 metros.

A AIM formou um grupo de trabalho composto por associados, directores e vogais da CT68 (ONS.AIM) que comentaram e discutiram na sede alterações previamente recebidas que remeteram ao IPTM.

Licenciamento do domínio público hídrico.

Em Abril de 2008 a AIM participou numa reunião no IPTM a convite da DGAE/MEI para apresentação de assuntos ligados ao licenciamento do domínio público hídrico que afectam os estaleiros de construção e reparação naval.

Esta reunião da iniciativa da DGAE teve por fim esclarecer as questões levantadas no documento "Acompanhamento do Sector da Construção e Reparação Naval", efectuado pela DGAE/AIM e enviado para o Senhor SEAII em Outubro de 2007. Este documento identifica quatro constrangimentos condicionadores de um ambiente favorável ao desenvolvimento e competitividade do sector, um dos quais diz respeito aos aspectos relacionados com as licenças/autorizações/concessões atribuídas pelo IPTM, que descreve o seguinte:

"Foram evidenciadas as dificuldades e constrangimentos à actividade de construção naval ligadas com o aspecto das concessões aos estaleiros para a exploração da actividade de construção naval concedidas pelo IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos ou pelas administrações portuárias que nalguns casos são emitidas para um horizonte temporal muito curto dada a natureza desta actividade.

Ainda neste contexto a AIM notou que nas concessões do IPTM o fornecimento de serviços (luz, água, fluidos, etc.) é em alguns estaleiros, pago pelo mesmo valor que o aplicado aos fornecimentos aos navios no porto o que é manifestamente penalizador para a actividade de reparação naval.

Foi defendida a necessidade de no âmbito da reestruturação da acção daquele Instituto se salvaguardar que o período de concessão da actividade aos estaleiros seja adaptado à realidade da exploração económica num mínimo de dez anos.

Foi também considerado adequado alertar o IPTM para a rectificação deste tipo de procedimentos no sentido de não descriminar negativamente os fornecimentos de serviços à indústria."

A AIM disponibilizou-se para colaborar com o IPTM na elaboração dos requisitos que deviam ser exigidos para a concessão de licenças para a actividade de construção e reparação naval o que foi aceite pelos representantes do IPTM.

Projecto de Lei Geral Marítima

Em 26 de Novembro de 2008 a AIM recebeu na sua sede representantes do IPTM a quem apresentaram sugestões de alteração do Projecto de Lei em referência. Os comentários foram bem recebidos com a informação de que algumas das sugestões poderão vir a ser contempladas na versão final do Projecto de Lei Geral Marítima, relativa aos Contratos Marítimos, Subtítulo I – Construção e Modificação da Embarcação

Dia Mundial de Mar 2008

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Mar realizada em Setembro, o Presidente da AIM a convite do IPTM, participou como orador na sessão temática "Do Titanic ao Queen Victória – Mais Segurança, Melhor Ambiente, num Mar de Papel", tendo a comunicação apresentada "despertado o maior interesse de quantos participaram nos trabalhos e constituído um valioso contributo para o sucesso da sessão".

2.10 – Encontro para a Competitividade para o sector da construção e reparação naval

Os Encontros para a Competitividade para as indústrias marítimas, iniciativa do IAPMEI organizada em parceria a AIM, realizada em 29 de Outubro, tiveram como objectivo criar um ambiente propício à discussão de estratégias empresariais, formas de cooperação e dinâmicas de inovação. As empresas que participaram nesta iniciativa, para além de discutirem entre si temas de interesse comum, podem ainda confrontar as suas ideias com especialistas nos temas em debate, que participam nas reuniões como facilitadores e animadores.

O Encontro para a Competitividade foi dirigido às empresas PME no sector construção e manutenção naval e seus fornecedores. Os temas a debater foram o Sistema de Apoio ao Financiamento à Inovação, a Cooperação/subcontratação e a Internacionalização. Aguarda-se a publicação pelo IAPMEI das conclusões do Encontro.

2.11- Diálogo Social

II Semana Europeia dos Estaleiros de Construção e Reparação Naval

Face ao êxito da primeira edição da Semana Europeia dos Estaleiros de Construção e Reparação Naval, o Comité Europeu do Diálogo Social para a Construção e Reparação Naval, decidiu promover uma nova edição.

A II Semana da Indústria Naval em Portugal realizou-se de 7 a 11 de Abril, com a organização da AIM, SIMA (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins) e FIEQUIMETAL (Federação intersindical das indústrias metalúrgica, química, farmacêutica, eléctrica, energia e minas) tendo contando com a participação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, LISNAVE, Arsenal do Alfeite e os Estaleiros Navais de Peniche.

Tratou-se de uma iniciativa inserida do Diálogo Social em que participam a CESA e respectivas Associações nacionais, a FEM (Sindicato Europeu de Metalurgia) seus associados e a Comissão Europeia.

Conferência na Bulgária

A convite dos sindicatos SIMA e Metalicy da Bulgária a AIM participou na conferência 'Sharing information and stimulating dissemination and exchange of good practices aimed at improving information and consultation process among social partners in Metal sector in Bulgaria, Germany, Portugal and Macedonia', realizada em 30 de Maio.

2.12 - Colaboração com a DGAE- Direcção-Geral das Actividades Económicas Ministério da Economia e da Inovação

Realizou-se entre 10 e 29 de Abril de 2008, em Pequim, o "Colóquio para Autoridades da Área de Administração Económica dos Países de Língua Portuguesa", no âmbito do "Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" (Fórum Macau), que contou com um representante da AIM.

2.13 - Salão Internacional do Mar, Pescas e Aquicultura – INTERPESCAS 2008

O INTERPESCAS 2008 realizou-se no Parque de Exposições de Aveiro de 18 a 21 de Setembro de 2008. Este certame pretendeu dar um panorama alargado dos sectores ligados ao mar e em particular à construção e reparação naval. A organização do certame INTERPESCAS 2008 ofereceu condições especiais aos associados da AIM.

A participação da AIM e seus associados neste evento proporcionou o intercâmbio de interesses e oportunidades de negócio como também foi possível receber adesões à candidatura QREN - PO Factores de Competitividade.

No âmbito do INTERPESCAS, no dia 19 de Setembro, realizou-se uma sessão de divulgação dos Instrumentos do QREN para a competitividade e inovação das indústrias marítimas. Esta sessão contou com a participação Administrador do Arsenal do Alfeite e vogal da Direcção e com a Dr.ª Piedade Valente, Vogal Executiva do POFC.

Participaram os estaleiros Samuel & Filhos, Estaleiros Navais de Peniche, Nautiber, Navalrocha, Navalria, União Naval e Arsenal do Alfeite assim como fornecedores tais como a metalo-mecânica Bóia & Irmão e a Electro Central Vulcanizadora.

3 – PROJECTOS COM COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

3.1. Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses

No âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), Medida 5.2 - Apoio às Actuais Infra-estruturas Associativas , para o período 2006-2008, a AIM terminou em Maio de 2008 o projecto "Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses" aprovados com a designação Avaliação Tecnológica dos Estaleiros Navais Portugueses. Este projecto teve como principal objectivo fazer um

levantamento das tecnologias e processos em uso nos estaleiros navais portugueses e classificá-las em relação às melhores práticas mundiais.

O projecto "Diagnóstico Tecnológico dos Estaleiros Navais Portugueses" foi apresentado em três seminários para estaleiros navais, onde foi discutido o tema do estudo e apresentadas as suas conclusões.

3.2. Programa Transnacional Espaço Atlântico 2007-2013

Para o período 2009/2010, estão em curso dois projectos, no âmbito do Programa Transnacional Espaço Atlântico 2007-2013. Pretende-se com estes projectos defender os interesses relativos ao sector da construção e reparação naval, em particular as pequenas empresas de construção tradicional em madeira e a industria auxiliar de construção e reparação naval.

Um dos projectos, com o acrónimo DORNA, pretende criar uma ferramenta que ajude a conservação do património histórico das embarcações tradicionais em madeira e dos estaleiros que os construíram.

O projecto DORNA foca o desenvolvimento das regiões atlânticas implicadas no projecto, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade económica e diversidade cultural, impulsionando e diversificando a carpintaria naval tradicional. Com este projecto pretende-se realizar os seguintes objectivos:

- Identificação das ameaças ao património náutico das regiões europeias atlânticas
- Promoção e recuperação da cultura associada às embarcações tradicionais atlânticas
- Desenvolvimento endógeno e sustentável do sector naval no espaço atlântico especializado em embarcações tradicionais
- Desenvolvimento do sector turístico, com a introdução no mercado de novos produtos (náutica tradicional) vinculados com a cultura atlântica

O outro projecto, com o acrónimo AUX-NAVALIA é dirigido para a inovação e competitividade da indústria auxiliar de construção naval.

O desenho de novos instrumentos de financiamento e a aconselhamento das empresas portuguesas para a determinação das suas necessidades financeiras e a identificação das melhores formas de financiamento para as PME será um dos temas a abordar, assim como a internacionalização da indústria auxiliar através da identificação de oportunidades de negócio. A investigação e desenvolvimento tecnológico como também os IPR (Intellectual Property Rights) serão temas que terão especial atenção.

O projecto AUXNAVALIA estrutura-se em 12 grandes actividades homogéneas:

- Programa de concentração sectorial de indústrias auxiliares.
- Desenho de instrumentos financeiros adaptados à indústria auxiliar.
- Plano de colaboração da indústria auxiliar com os Centros Tecnológicos sectoriais.
- Programa conjunto de vigilância tecnológica e de seguimento de patentes.
- Rede de peritos em promoção e difusão da I+D+i do sector auxiliar.

- Rede de empresários conselheiros para o aumento da competitividade do sector.
- Fórum atlântico do sector auxiliar da indústria naval.
- Internacionalização da indústria auxiliar através da identificação das oportunidades de negócio.
- Campanha de marketing e comunicação.
- Agrupamento transnacional inovador das indústrias auxiliares da construção naval.
- Promoção e difusão do projecto.
- Direcção, gestão, avaliação do projecto e transferência de resultados.

Serão realizados diversos eventos de promoção para os dois projectos, que passarão por conferências nacionais e internacionais, exposições e uma regata de embarcações tradicionais.

3.3. Cluster do Conhecimento e Economia do Mar

A AIM participa numa candidatura a um Projecto de Eficiência Colectiva – Outros Clusters, promovida pela Associação Fórum Mar Centro, em que a AIM faz parte da Direcção e do IDCEM - Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e Economia do Mar, a que se deu o nome Cluster do Conhecimento e Economia do Mar. Este Cluster é constituído por seis projectos âncora, um dos quais visa alavancar a inovação e desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval. Este projecto âncora desenvolve-se em três acções:

(i) Acção de requalificação e modernização dos estaleiros de Construção e Reparação Naval

Pretende-se dinamizar as indústrias de construção e reparação naval, reconvertendo, reorganizando e modernizando tecnologicamente os estaleiros nacionais.

Esta acção de reestruturação vem na sequência de um "Diagnóstico Tecnológico das Indústrias Marítimas" executado no âmbito do PRIME, num projecto de Reforço da Capacidade Associativa.

As intervenções a realizar nesta acção têm uma dimensão nacional, vão de Viana do Castelo a Vila Real de Santo António.

(ii) Acção de Qualificação e Internacionalização

Esta acção inclui duas intervenções que irão potenciar o desenvolvimento em áreas intangíveis da competitividade.

a. Projecto conjunto de Qualificação

O Projecto Conjunto visa a promoção da competitividade das PME. Através da identificação realizada pela AIM dos problemas e oportunidades com que os seus associados se deparam, foi elaborado um plano de intervenção transversal que é constituído pelos factores dinâmicos da competitividade que focam as áreas de Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Qualidade, Ambiente, Economia Digital e Diversificação e Eficiência Energética.

b. Projecto conjunto de Qualificação - Apoio à cadeia de valor da construção naval.

Um aspecto essencial para a competitividade da indústria naval é poder dispor de um conjunto de fornecedores/subcontratantes especializados, operando em ligação estreita com cada um dos estaleiros que executam a integração/coordenação das construções.

c. Projecto conjunto de Internacionalização

Para responder ao desejo dos associados a AIM está a preparar uma candidatura ao Sistema de Incentivos Qualificação e Internacionalização PME, na tipologia Projecto Conjunto - Internacionalização.

(iii) Acção de investigação e desenvolvimento de protótipos para aplicação industrial

Promover o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias nacionais através da criação de novos produtos, novos materiais, de protótipos de novos equipamentos para navios, e de novas embarcações, mais eficientes em termos ambientais e energéticos

As intervenções que se apresentam enquadram-se no QREN-SI&DT e Inovação. Em complementaridade ao QREN, reitera-se a relevância para o sector, no domínio da inovação, a transposição do Enquadramento Comunitário de Apoio à Inovação na Construção Naval, do qual já existe um projecto elaborado pela DGAE.

4 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE

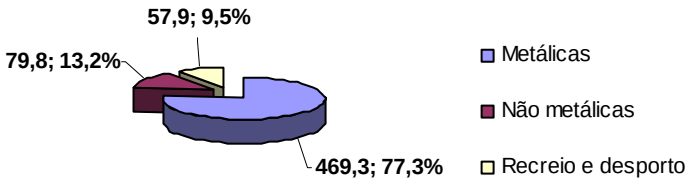
4.1. – Apresentação do sector da construção e reparação naval

A Associação das Indústrias Marítimas (AIM) representa diferentes sectores das Indústrias Marítimas, constituindo, a construção e reparação naval o seu núcleo principal.

Existe uma grande diversidade entre os estaleiros portugueses, em termos de dimensão e tecnologias empregadas, que vão desde a manutenção dos navios mercantes de maior porte, a construção de navios sofisticados, como é o caso dos estaleiros da Lisnave e Viana do Castelo, a manutenção dos navios da Marinha portuguesa no Arsenal do Alfeite, a construção de ferry-boats nos Estaleiros de Peniche, ou ainda, lanchas de fiscalização, embarcações de pesca, de recreio e embarcações tradicionais em madeira.

Segundo informação disponibilizada para o ano de 2007 (Informação Empresarial Simplificada), existiam 219 empresas inscritas na actividade de construção e reparação naval, representando 5.637 trabalhadores e um volume de negócios de 607 milhões de euros. A construção e reparação de embarcações metálicas atingiram um volume de negócios de 469,3 milhões de Euros, correspondendo a 77,3 % do volume de negócios total. O volume de negócios em construção de embarcações de recreio e desporto foi de 57,9 milhões de Euros, correspondente a 9,5 % do total do sector, sendo o restante referente a embarcações não metálicas.

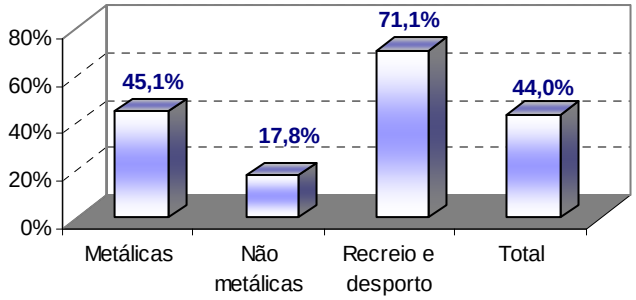
Construção e reparação de embarcações
Volume de negócios em 2007
(milhões de euros e %)



Fonte: Informação Empresarial Simplificada

Este sector tem uma forte componente para a exportação tendo atingido 267,2 milhões de Euros, 79,3 % dos quais em construção e reparação de embarcações metálicas (219 milhões de euros), 5,3 % nas não metálicas e 15,4 % nas embarcações de recreio e desporto (41,4 milhões de euros).

Construção e reparação de embarcações
Quota de Exportação em 2007



Fonte: Informação Empresarial Simplificada

A construção naval cresceu a uma taxa anual de 10,7 %, segundo dados do INE, muito superior á taxa de crescimento da indústria transformadora, estimando a AIM taxas de crescimento superiores para 2007 e 2008, se os resultados evoluírem de modo idêntico ao dos associados da AIM.

Volume de Negócios (milhões de euros)

	2004*	2005*	2006*	2007	2008	2006/2004	2006/2004 - anual	2008/2004 - anual
Indústria Transformadora	71398	73103	76908					
Taxa de Variação (%)		*2,4*	*5,2*			7,7%	3,8%	
CAE 351 - Construção Naval	287	319	352					
Taxa de Variação (%)		*11,1*	*10,3*			22,6%	10,7%	
CAE 351/ Ind.Transf.	0,40%	0,44%	0,46%					
Taxa de Variação (%)		*8,6*	*4,9*					
Associados AIM	210	258	299	326	388			
Taxa de Variação (%)		*22,9*	*15,9*	*9,0*	*19,0*	42,4%	19,3%	16,6%

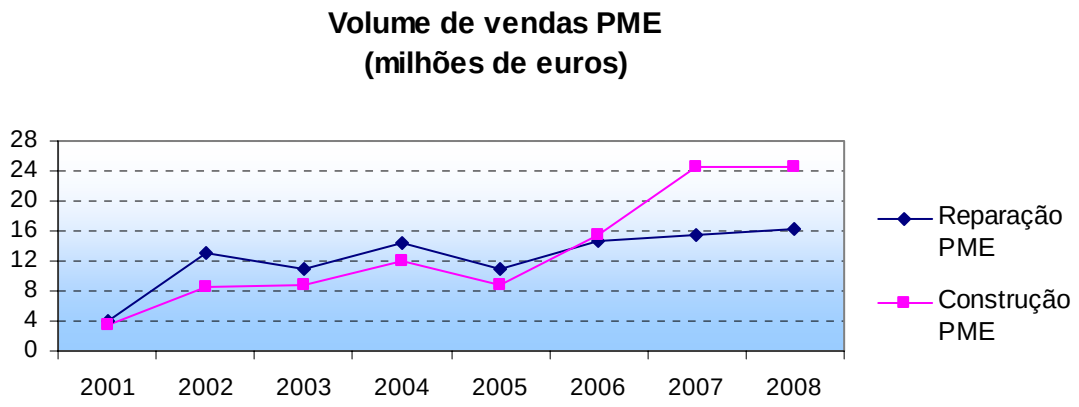
4.2 – Actividade em 2008

Em 2008, 18 associados da AIM com actividade na construção e reparação naval, facturaram 388 milhões de euros, mais 19 % do que no ano anterior e deram emprego a mais de 3.000 trabalhadores próprios e de 1.700 trabalhadores provenientes de subempreiteiros.

A manutenção e reparação naval é a actividade predominante no nosso país, tendo representado em 2008, 66 % do volume de negócios total dos associados da AIM.

Estaleiros de dimensão PME com actividade de Construção e Reparação Naval

Em 2008, o volume de vendas dos 5 estaleiros de construção de dimensão PME, Estaleiros Navais do Mondego, Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, Estaleiros Navais de Peniche, Vianapesca e União Construtora Naval, cresceu apenas 0,3 % relativamente ao ano anterior, tendo atingido o valor de 24,5 milhões de euros, distinguindo-se neste grupo a Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, que quase duplicaram a sua facturação em construção relativamente ao ano anterior.



Volume de vendas PME

O volume de vendas das 10 empresas que venderam serviços de reparação de dimensão PME, Estaleiros Navais do Mondego, Estaleiros Navais de Peniche, Navalria, União Construtora Naval, e Samuel & Filhos, Naval Rocha, Cecílio & Carlos Sanfins, Réplica Fiel e Gaslimpo, cresceu 4,1 %, atingindo 16,2 milhões de euros, crescimento ligeiramente superior ao verificado na actividade de construção.

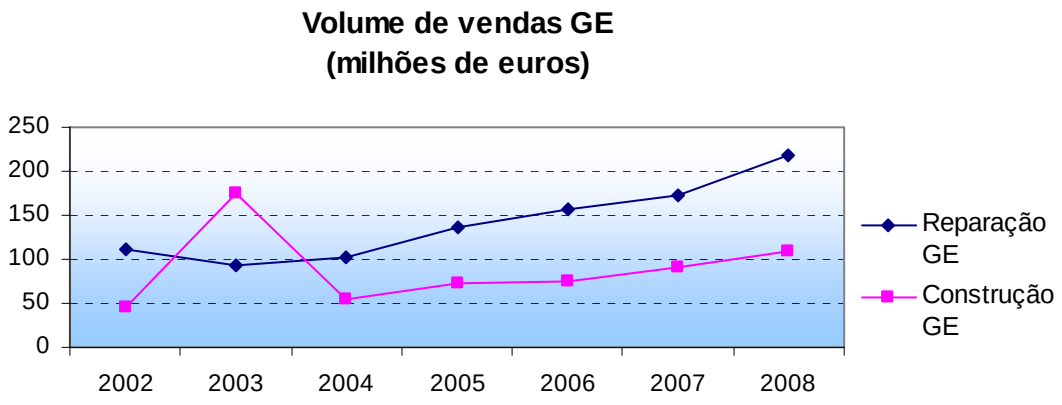
Os estaleiros de menor dimensão na sua maioria dedicaram-se à actividade de construção de embarcações de pesca, mercado que tende a desaparecer, na sequência da Nova Política de Pescas da União Europeia, vendo-se forçados a converter a sua actividade noutros mercados, em particular na reparação, ou ainda em novos mercados de construção como a marítimo turística ou recreio.

Estaleiros de dimensão GE com actividade de Construção e Reparação Naval

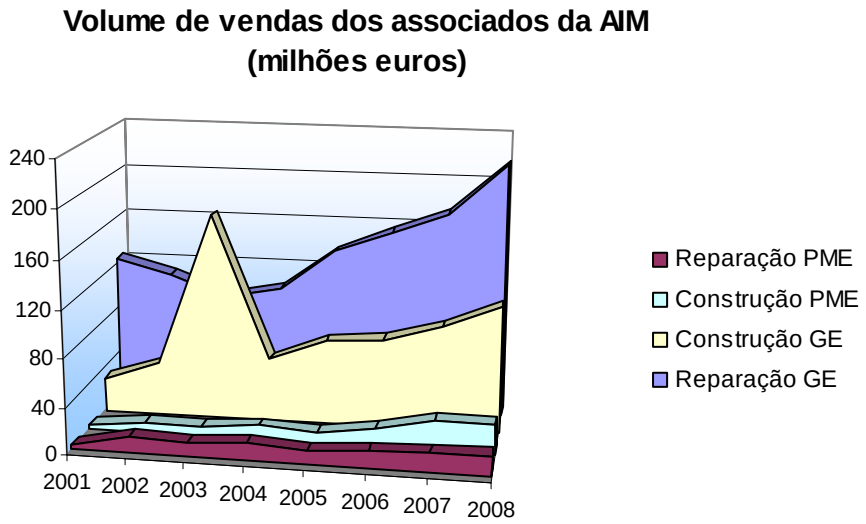
Em 2008, o volume de vendas de 6 empresas que vendem serviços de reparação de grande dimensão, que constituem o grupo de associadas da AIM, Lisnave, ENVC, Lisnave Internacional, Gaslimpo e TECOR cresceu 25,4 %, atingindo 217,2 milhões de euros. Neste grupo de empresas merece destaque o volume de vendas

de reparação naval da Lisnave, em 2008, que atingiu 150,53 milhões de euros, representando um crescimento de 22,1 % relativamente a 2007.

O volume de vendas em construção naval dos ENVC cresceu 20,9 % em 2008, atingindo 108,2 milhões de euros.



A análise da actividade nos últimos 6 anos evidencia uma tendência de crescimento da reparação naval superior à da construção naval.



Volume de vendas dos associados da AIM

5 - CONTAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A AIM apresentou, no final do exercício em apreço, Resultados Operacionais positivos de 9,3 milhares de Euros, conforme Demonstração de Resultados em anexo.

Contudo, os Resultados Líquidos, para o mesmo período, registaram um prejuízo, 2.1 milhares de Euros, como consequência dos seguintes Custos e Perdas Extraordinários registados no exercício: cerca de 16,4 mil €, com a decisão de se regularizar (anular) os saldos de cobrança duvidosa de alguns associados que entretanto cessaram a sua actividade ou apresentavam uma situação de insolvência e cuja provisão, reflectida no Balanço de 2007, de 15,5 mil € não se demonstrou suficiente, como aliás já previsto, e, um montante de 5,4 mil €, relativo a um corte na comparticipação a fundo perdido, previsto nas contas de 2007, para o fecho do projecto comunitário "Manatee", parcialmente compensados por Proveitos e Ganhos Extraordinários registados: cerca de 10,6 mil € provenientes de receitas não previstas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS em 31 de Dezembro de 2008

	2008		2007	
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e Serviços Externos	38.867,78	38.867,78	26.911,08	26.911,08
Custos Com o Pessoal				
Remunerações	75.519,96		65.788,77	
Encargos Sociais	13.237,72		10.768,33	
Outros	0,00	88.757,68	0,00	76.557,10
Amortizações do Imobilizado Corpóreo	7.759,35	7.759,35	10.114,15	10.114,15
Provisões	7.766,07	7.766,07	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	101,70	101,70
Outros Custos e Perdas Operacionais	133.694,18	133.694,18	121.910,41	121.910,41
A »»»		276.845,06		235.594,44
Juros e Custos Similares				
Outros	417,69	417,69	402,39	402,39
C »»»		277.262,75		235.996,83
Custos e Perdas Extraordinários	21.810,71	21.810,71	128.743,68	128.743,68
		299.073,46		364.740,51
Imposto Sobre o Rendimento	0,00		0,00	
G »»»		299.073,46		364.740,51
Resultado Líquido do Exercício	(2.116,67)	-2.116,67	(68.539,27)	-68.539,27
		296.956,79		296.201,24
PROVEITOS E GANHOS				
Quotização	91.651,79	91.651,79	78.610,79	78.610,79
Recuperação de Custos	29.468,00	29.468,00	47.430,20	47.430,20
Proveitos Suplementares	88.544,37	88.544,37	42.709,09	42.709,09
Subsídios à Exploração	76.489,40	76.489,40	46.369,81	46.369,81
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
B »»»		286.153,56		215.119,89
Outros Juros e Proveitos Similares				
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
D »»»		286.153,56		215.119,89
Proveitos e Ganhos Extraordinários	10.803,23	10.803,23	81.081,35	81.081,35
F »»»		296.956,79		296.201,24
Resultados Operacionais (B) - (A)		9.308,50		(20.474,55)
Resultados Financeiros [(D) - (B)] - [(C) - (A)]		(417,69)		(402,39)
Resultados Correntes (D) - (C)		8.890,81		(20.876,94)
Resultado Líquido do Exercicio (F) - (G)		(2.116,67)		(68.539,27)

B A L A N Ç O em 31 de Dezembro de 2008

A C T I V O	2008 Activo Bruto	2008 Amortizações Provisões	2008 Activo Liquido	2007
IMOBILIZADO	**350.856,74**	**226.073,71**	**124.783,03**	**124.187,75**
Imobilizado Corpóreo	350.856,74	226.073,71	124.783,03	124.187,75
CIRCULANTE	**133.670,60**	**7.766,07**	**125.904,53**	**179.248,47**
Sócios c/Quotas	9.556,80	0,00	9.556,80	9.060,06
Sócios Cobrança Duvidosa	7.766,07	7.766,07	0,00	24.638,35
IAPMEI-Projectos Prime	0,00	0,00	0,00	86.944,79
Outros Devedores	2.000,00		2.000,00	19.007,89
Depósitos Bancários e Caixa	114.347,73		114.347,73	39.597,38
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Custos Diferidos	0,00		0,00	0,00
TOTAL DO ACTIVO	**484.527,34**	**233.839,78**	**250.687,56**	**303.436,22**

P A T R I M Ó N I O E P A S S I V O	2008	2007
PATRIMÓNIO	**206.141,12**	**208.257,79**
Fundo Associativo	100.400,64	168.939,91
Reservas de Reavaliação	107.857,15	107.857,15
Resultado Líquido do Exercício	(2.116,67)	(68.539,27)
PASSIVO	**44.546,44**	**95.178,43**
Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00
Empréstimo Bancário de Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores Projecto Prime	0,00	23.479,04
Fornecedores Projectos Diversos	0,00	0,00
Financiadores Projectos Prime	0,00	0,00
Financiadores Projectos Diversos	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	2.267,19	2.444,57
Outros Credores	5.830,00	23.532,81
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	**36.449,25**	**45.722,01**
Proveitos Diferidos	36.449,25	45.722,01
TOTAL DO PATRIMÓNIO E DO PASSIVO	**250.687,56**	**303.436,22**

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção da AIM propõe que seja aprovado o presente Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008 e que o Resultado Líquido, que se cifrou num prejuízo de 2.116,67 Euros (dois mil cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos) seja transferido para o Fundo Associativo.

7- PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação das Indústrias Marítimas (AIM), no cumprimento do disposto no art.º 24º dos seus Estatutos, emite o respectivo parecer sobre a acção fiscalizadora exercida durante o Exercício 2008, sendo sua opinião que:

Da análise do Relatório e Contas de 2008 que lhe foram presentes, verifica-se que as mesmas obedecem aos princípios aceites segundo o Plano Oficial de Contabilidade;

As responsabilidades contingenciais estão razoavelmente cobertas pela provisão constituída;

Nesta conformidade, somos do parecer que:

- O Relatório e Contas sejam aprovados;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, isto é, a transferência do respectivo valor para o Fundo Associativo;
- Que seja dado um voto de louvor à Direcção pela forma como conduziu a AIM no decorrer do exercício.

Lisboa, 21-04-2008

O CONSELHO FISCAL

O Presidente